TERMO REFERENCIAL.

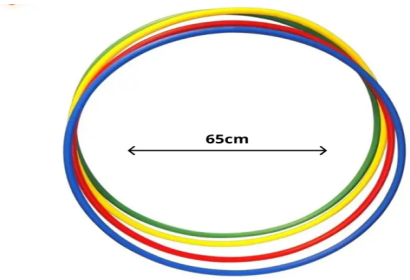
1. OBJETO:

1.1. Aquisição de brinquedos educativos, equipamentos e itens correlatos para atender a demanda do **Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI - Francisco Neto Almeida das Neves Nascimento**, conforme estipulado neste Termo.

1.1.1. Dos itens: A Secretaria Municipal de Educação, por meio da equipe técnica/pedagógica elegeram os itens e suas respectivas marcas, devendo as interessadas ofertarem os produtos indicados abaixo:

ITEM	PRODUTO	MARCA	QUANTIDADE
1	TAPETE EMBORRACHADO ANTIDERRAPANTE PEDAGÓGICO ALFABETO: 26 PEÇAS; MATERIAL EVA; MEDIDA: 30X30 CM; ESPESSURA: 8MM; LETRAS MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS; CORES SORTIDAS. 	MARIA	2
2	BOLA DE FUTEBOL DE VINIL PINGO DENTE DE LEITE: CORES SORTIDAS; DIÂMETRO DA BOLA ENCHIDA: 22 CM; PESO: 60 GR; COMPOSIÇÃO: VINIL. INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 2 ANOS. 	PACK	20
3	KIT PARA ESCOLA CRECHES GANGORRAS CAVALO NHOCA JACARÉ CACHORRO. MEDIDAS: 1,06CMX39CMX47CM. MATERIAL: PLÁSTICO. IDADE MÍNIMA: 2 ANOS. 	VALENTINA BRINQUEDOS	3

4	TRICICLO INFANTIL EUROPA BANDEIRANTE. MEDIDAS: 65CMX47 CMX475 CM. PESO: 4,25 KG. MATERIAL: PLÁSTICO. IDADE MÍNIMA: 2 ANOS. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 21 KG.  	BANDEIRANTE /EUROPA	10
5	CAVALINHO UPA UPA MUSICAL COM LED AZUL PARA CRIANÇAS DE 6 MESES A 10 ANOS: MEDIDAS: 55CMX25CMX55CM. PESO: 1,3 KG. PESO MÁXIMO SUPORTADO: 54 KG; MATERIAL: BORRACHA.  	ATELIER ENOVELADA	10
6	BONECA BABY MENINA BEBÊ INFANTIL TITI PAPINHA DIVERTIDA. ALTURA: 34CMXLARGURA: 15CMXPESO: 600 GR. ACOMPANHA PRATINHOS E TALHERES. 	BAMBOLA	30

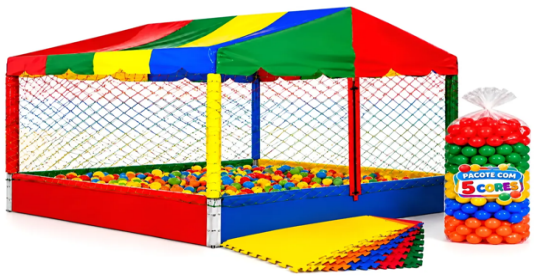
			
7	BAMBOLÊS ARCO INFANTIL RESITENTE. MATERIAL: PLÁSTICO. MEDIDAS: 65 CMX1,5CM; CONEXÃO 8 CM. CORES SORTIDAS.  	ABROVIC	15
8	BLOCOS DE MONTAR DIDÁTICOS TCHUCO COM 33 PEÇAS - SAMBA TOYS. IDADE MÍNIMA DE 3 ANOS. 	SAMBA TOYS	4
9	KIT BRINQUEDO CAMINHÃO COM BOI TRATOR 6 CARRINHOS. DIMENSÕES: 20CMX8CMX8,5CM. MATERIAL: PLÁSTICO. IDADE RECOMENDADA: 5-7 ANOS. 	DIVERPLAS	30

10	PRANCHA DE SELEÇÃO GEOMÉTRICA EDUCATIVA BRINQUEDO PEDAGÓGICO MADEIRA FORMAS - ENCAIXE DESENVOLVIMENTO MOTOR COGNITIVO. MATERIAL: MADEIRA. 16 PEÇAS; COLORIDO.   	LAILOU DECOR & PRESENTES	5
11	BRINQUEDOS EDUCATIVOS - SACOLA ALFANUMÉRICA 1000 PEÇAS SONHO DE CRIANÇA. MEDIDAS: 13CMX17CMX22CM. ESTOJO COM ZÍPER. PERSONAGENS: ALFABETO, LETRAS, NÚMEROS. 	SONHO DE CRIANÇA	4

	  		
12	JOGO DE MEMÓRIA EDUCATIVO ANIMAIS DA FAZENDA E SAFARI EM MDF COM 40 PEÇAS. IDADE MÍNIMA: 4 ANOS.   	DIVERTECO	10

13	KIT 22 CONJUNTO INSTRUMENTOS MUSICAIS PERCUSSÃO DE CRIANÇAS AMARELO. DIMENSÕES: 52CMX41CMX32CMX1,5KG.    	BRASTOY UNO-CB905-LX	4
14	KIT BRINQUEDO COMIDINHA INFANTIL FRUTAS VELCRO FRIGIDEIRA 30 PEÇAS. DIMENSÕES: 13CMX17CMX38CM. PERSONAGENS: FRUTAS E LEGUMES.  	PICA PAU - KIT COMIDINHA	4

	 		
15	JOGO DE BOLICHE INFANTIL TOYMASTER 6 PINOS 28 CM 2 BOLAS 10 CM COLORIDO. MATERIAL: POLIPROPILENO (PP). IDADE MÍNIMA: 3 ANOS.   	TOYMASTER - ROPE HERO	4

16	PISCINA DE BOLINHAS 1,50 COMPLETA COM 500 BOLINHAS E E.V.A: MEDIDAS: 1,5 MX 30 CMX 1,7 M. 4 PLACAS DE MADEIRA REVESTIDAS COM LONA COLORIDA DE GRANDE DENSIDADE; 4 HASTES EM AÇO GALVANIZADO COM ISOTUDO COLORIDO BLINDADO; REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL; TOLDO CONFECCIONADO COM LONA COLORIDA DE GRANDE DENSIDADE; ESTRUTURA 100% EM AÇO GALVANIZADO. CAPACIDADE PARA ATÉ 4 CRIANÇAS.  	MK COMERCIAL	1
17	KIT 48 JOGOS QUEBRA CABEÇA 12 PEÇAS ANIMAIS SELVAGENS. DIMENSÕES: 13X12CM; CAIXA COM 48 QUEBRA-CABEÇAS INDIVIDUAIS. CADA QUEBRA-CABEÇA POSSUI 12 PEÇAS, ILUSTRAÇÕES COLORIDAS E DE ALTA QUALIDADE. IDADE MÍNIMA DE 3 ANOS. PAPEL CARTÃO DE ALTA QUALIDADE. TEMAS: ANIMAIS SELVAGENS.  	KIT	10

2. DA JUSTIFICATIVA:

Os itens serão destinados para equipar o Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI - Francisco Neto Almeida das Neves Nascimento, conforme levantamento e estimativa da necessidade da equipe técnica/pedagógica para o pleno desempenho das atividades desenvolvidas na Unidade.

3. DA ENTREGA E RECEBIMENTO:

3.1. Os itens deverão ser entregues em **até 15 (quinze) dias** após o envio da Ordem de Compra pela Administração, devendo ser entregues na Unidade devidamente montados/instalados (aqueles que necessitarem ou for solicitado pela Secretaria).

3.2. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pela Secretária Municipal de Educação e pelo corpo técnico/pedagógico da Unidade, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo e na proposta.

3.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser substituídos em **até 24 (vinte e quatro) horas**, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.4. Os itens serão recebidos, definitivamente, no prazo de **até 15 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO E MODO DE ADJUDICAÇÃO:

4.1. Os interessados deverão enviar, **juntamente com a proposta de preços**, os seguintes documentos atualizados:

4.1.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

4.1.1.1. Cópia simples da cédula de identidade ou documento com foto de todos os sócios/proprietários da empresa;
4.1.1.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro no Comercial **ou** a última alteração contratual em vigor;
4.1.1.3. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
4.1.1.4. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, estatuto ou contrato social **em vigor,** devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.1.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
4.1.1.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
4.1.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
4.1.8. **Os documentos acima, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**.

4.1.2. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
4.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual **ou** municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
4.1.2.3. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal; ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em plena validade;
4.1.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", em plena validade;
4.1.2.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do interessado, em plena validade;
4.1.2.6. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do interessado;
4.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em plena validade;
4.1.2.8. **Alvará de Localização e Funcionamento** em plena validade.

4.2. A não apresentação dos documentos acima indicados pelos interessados, juntamente com a proposta, acarretará a desclassificação no processo e impedimento de contratação.

5.3. A proposta comercial deverá identificar a Empresa, valores e demais dados, **podendo ser utilizado o modelo de proposta disponibilizado como anexo a este Termo**.

5.4. O fornecedor/interessado será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E DOS PAGAMENTOS:

6.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CNPJ nº 44.707.469/0001-30.**

6.2. Todas as Notas Fiscais deverão, obrigatoriamente, estar acompanhadas dos seguintes documentos:

6.2.1. Comprovante de entrega dos produtos assinados pelo Fiscal/Gestor do contrato.
6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
6.2.3. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Quitação de

Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal; ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União em plena validade;

6.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", em plena validade;

6.2.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, em plena validade;

6.2.6. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, em plena validade;

6.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho em plena validade;

6.2.8. Alvará de Localização e Funcionamento em plena validade.

6.3. Os pagamentos serão efetuados em **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS,** através de transferência eletrônica, conforme legislação vigente, mediante apresentação das Notas Fiscais devidamente atestada pelo Setor competente, em letra bem legível, sem rasuras.

7. DA FISCALIZAÇÃO:

7.1. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com as entregas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.2. Eventual omissão da fiscalização por parte da contrante não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no código civil e dos danos que vier causar a Administração ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários na execução do contrato.

7.3. O representante da contratante deverá ter experiência necessária para o acompanhamento, controle e fiscalização das entregas, cuja verificação de adequação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o especificado neste Termo e na proposta enviada.

8.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através do servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos, para que sejam reparados ou corrigidos, sob pena de rejeição total ou parcial daqueles em desacordo com o contratado.

8.4. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto específico, no prazo e forma estabelecidos neste Termo, bem como efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da respectiva Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando for o caso.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Entregar e montar (quando necessário e solicitado) os itens conforme especificações deste Termo e de sua proposta, com a alocação de empregados e tecnologia necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

9.2. Substituir, às suas expensas, os itens em que se verificarem imperfeições, vícios ou incorreções, por exigência que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar em **até 24h (vinte e quatro) horas após solicitado**.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da contratante, a servidores desta ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo-se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

9.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não se transfere à responsabilidade da contratante, fornecendo para tanto, sempre quando solicitado, os respectivos comprovantes de inexistência de débitos relativos às contribuições sociais, mediante documento fornecido pelos órgãos competentes, conforme dispões o artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.212/91.

9.6. Manter durante, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidas na contratação, cumprindo o objeto contratado de acordo com as especificações e demais condições previstas neste Termo.

9.7. Arcar com todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, incluindo as despesas tributárias, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes desta contratação.

9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência das entregas, objeto deste Termo.

10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contratado;
b) der causa à inexecução parcial do contratado que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contratado;
d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contratado;
f) praticar ato fraudulento na execução do contratado;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial das entregas, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
10.2.4. Multa:
10.2.4.1. Moratória de 100 % (cem por cento) sobre o valor contratado pela inobservância do prazo fixado para a entrega dos produtos, autorizando a Administração na aplicação das sanções e penalidades estabelecidas neste Termo e na Legislação aplicável a matéria.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante:

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;
10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outras contratações que o contratado possua com o Município de Ouvidor.

11. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante disposição do art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA FRAUDE:

As participantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo e as entregas, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante disposição do art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DO FORO:

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução do objeto deste Termo, fica eleito o Foro da Comarca de Catalão, Estado de Goiás, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouvidor, 16 de novembro de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME.
CNPJ nº 44.707.469/0001-30.
Luciana Maria da Silva.
Secretária Municipal de Educação.
Gestora do Fundo Municipal de Educação – FME.
Município de Ouvidor.
Estado de Goiás.

Original assinado!